PERCEPÇÃO E LEITURA COMO COMPONENTES PARA A ALFABETIZAÇÃO MUSICAL:

Experiências de integração curricular na formação em música

COMUNICAÇÃO

GTE 13 - Ensino Superior de Música

Jefferson Tiago Amâncio de Souza Mendes da Silva
Universidade Federal do Maranhão
jtamancio@gmail.com

Gustavo Frosi Benetti
Universidade Federal do Maranhão
gustavo.benetti@ufma.br

Resumo: Este relato de experiência, de abordagem qualitativa, analisa a organização curricular das disciplinas de percepção musical do curso de Linguagens e Códigos - Música da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Aponta desafios como a ausência de progressão nos conteúdos, altos índices de reprovação e carência de práticas instrumentais. O estudo evidencia a necessidade de atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e de maior integração entre teoria e prática, propondo ações como o Projeto de Nivelamento Acadêmico, grupos de estudo e desenvolvimento de material didático com repertório brasileiro. Ressalta-se a importância de uma formação musical que valorize a cultura local e promova a alfabetização musical, visando superar lacunas de aprendizagem e fortalecer a formação de professores para a educação básica. As iniciativas relatadas contribuem para a reestruturação curricular e para o alinhamento do curso às demandas acadêmicas e profissionais contemporâneas.

Palavras-chave: Formação de professores. Currículo interdisciplinar. Alfabetização musical.

Introdução

O curso de Linguagens e Códigos - Música da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) faz parte do Centro de Ciências de São Bernardo, na cidade de São Bernardo, região do Baixo Parnaíba maranhense, localizado próximo aos Lençóis Maranhenses e ao Delta do Parnaíba (Maranhão e Piauí). Foi criado a partir do desmembramento do curso de licenciatura interdisciplinar em Linguagens e Códigos em outros dois cursos: Linguagens e Códigos - Música

e Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, no ano de 2013. Ou seja, o curso já possui mais de 10 anos de existência, com atividades e número de egressos ao longo de sua trajetória.

A formação interdisciplinar nas licenciaturas é bastante presente nos cursos de licenciatura dos *campi* da UFMA do interior do Maranhão, tendo sido introduzida a partir da implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em 2010. Dessa forma, o poder público federal buscou suprir a necessidade de formação de professores para atuarem na educação básica, criando diversos cursos de licenciatura espalhados pelo estado.

Conforme Silva e Benetti (2025) e o Projeto Pedagógico do Curso (Universidade Federal do Maranhão, 2017), o curso oferece anualmente 20 vagas por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e de processo seletivo simplificado, quando há vagas ociosas. O curso não exige teste de habilidade específica, o que resulta em turmas com níveis distintos de alfabetização musical[1]. A proposta do curso é proporcionar uma formação interdisciplinar, baseada na organização de conteúdos que dialogam com diferentes linguagens e códigos.

> O curso de Linguagens e Códigos - Música promove a formação de professores na área de Artes, com ênfase em música. Um de seus diferenciais interdisciplinares está na articulação entre diferentes linguagens, contemplando componentes de artes visuais, as línguas portuguesa, espanhola e inglesa, além dos conteúdos da área de Educação e Ciências Humanas (Silva; Benetti, 2025).

Em universidades em que a organização curricular ainda é predominantemente disciplinar, cabe questionar se propostas formativas que se afastam do modelo tradicional conseguem se concretizar de maneira efetiva ou se permanecem apenas no plano formal do currículo. Nesse contexto, é importante refletir sobre como se estruturaria essa proposta de formação e de organização curricular. Tratar-se-ia de um curso da área de artes que, de certo modo, assume uma perspectiva de polivalência das linguagens artísticas, articulando diferentes campos das artes em uma formação integrada ou busca orientar suas atividades

[1] Compreendemos a alfabetização musical como um processo que envolve a sensibilização e o desenvolvimento da percepção dos elementos musicais como altura, duração, intensidade, timbre, entre outros parâmetros, articulando escuta, compreensão, leitura e prática. Inclui também a apropriação dos códigos da notação musical tradicional, sem se restringir a eles, buscando o domínio progressivo da linguagem e do fazer musical.

formativas a partir de uma área do conhecimento e o auxílio das demais áreas para a formação deste profissional.

Essas são perguntas que até mesmo o corpo docente do curso busca compreender, refletindo sobre o caminho do curso e sua atuação para formar professores capazes de desenvolver o ensino de artes/música na educação básica, mas que também tenham um olhar para áreas interdisciplinares, as outras linguagens artísticas, a língua portuguesa, espanhola e inglesa, abrangendo a formação geral da educação básica e das ciências humanas.

Metodologia

Este trabalho caracteriza-se como um relato de experiência, de abordagem qualitativa, fundamentado em pesquisa bibliográfica e documental[2]. O estudo analisa criticamente a organização curricular das disciplinas voltadas ao ensino de percepção e leitura musical.

A pesquisa bibliográfica utilizada fundamentou-se na compreensão do estado do conhecimento sobre a organização curricular de cursos de licenciatura em música, bem como na estruturação de disciplinas da área de linguagem e estruturação musical. Além disso, foi realizada pesquisa documental para compreender a organização do PPC do respectivo curso, relatórios emitidos pela Coordenação do curso de reprovação em disciplinas, bem como a legislação e normativas correlatas.

As experiências relatadas são apresentadas a partir da perspectiva de dois professores que atuam no curso, ambos com mais de uma década de experiência no ensino superior. Suas percepções sobre a formação no curso coincidem em vários aspectos e, nos seus diálogos, buscam formas de superar as dificuldades e lacunas de aprendizagem dos alunos.

Organização curricular

O caminho mais evidente para compreender a organização de um curso é o Projeto Pedagógico de Curso (PPC). No caso da licenciatura em questão, encontramos um PPC

[2] Durante a preparação deste trabalho, os autores utilizaram a *Plataforma de Agente Inteligente - Agente Pedagógico*, desenvolvida pela própria instituição (Universidade Federal do Maranhão) para revisão de linguagem. Após o uso desta ferramenta, os autores revisaram e editaram o conteúdo gerado em conformidade com o método científico e assumem total responsabilidade pelo conteúdo da publicação.

implementado em 2017, ainda em conformidade com a Resolução CNE/CP n.º 02/2015, o que acaba gerando barreiras formativas por não estar atualizado com as atuais diretrizes curriculares de formação de professores, como a exigência de que 10% da carga horária do curso seja voltada à curricularização da extensão e o alinhamento com a Base Nacional Comum Curricular.

Segundo Silva (2021), o PPC é o documento que organiza e concebe um curso de graduação. Nele devem constar o histórico, a fundamentação legal, a justificativa para sua criação, o público-alvo, os objetivos formativos, as competências e habilidades, além da organização dos princípios educacionais, pedagógicos, a organização do ensino, pesquisa, extensão, os processos administrativos de gestão, formatos de avaliação, entre outros, que conduzem um curso ao processo de ensino e aprendizagem para a atuação profissional do futuro egresso.

No caso de cursos voltados para a formação de professores da área de música, eles devem seguir as Diretrizes Curriculares de Formação de Professores, atualmente a Resolução CNE/CP n.º 04/2024, além de atenderem a diversas outras diretrizes curriculares e legislações formativas, como a Resolução CNE/CES n.º 02/2004, que trata das Diretrizes Curriculares de Graduação em Música, e a inclusão de conteúdos e temáticas como Língua Brasileira de Sinais, cultura afro-brasileira e indígena, educação inclusiva e direitos humanos (Silva; Benetti, 2025).

O Conselho Nacional de Educação ainda não possui uma resolução específica para tratar da organização curricular de cursos com formato interdisciplinar. No entanto, existe o Manual de Classificação dos Cursos de Graduação CINE Brasil (Brasil, 2025), publicado pelo Ministério da Educação, que orienta as universidades, ao criarem cursos, a observarem a organização curricular de seus conteúdos.

De acordo com as orientações do CINE Brasil (Brasil, 2025), uma formação pode ser considerada interdisciplinar quando não apresenta um único conteúdo temático predominante (superior a 50%), mas integra conhecimentos provenientes de mais de uma área detalhada. Contudo, a classificação como programa interdisciplinar exige uma análise adicional, verificando se essa articulação de conteúdos já é reconhecida como um campo de conhecimento consolidado por uma comunidade acadêmica e científica, não sendo suficiente apenas a presença de componentes curriculares oriundos de diferentes áreas.

Ao analisarmos a ementa das disciplinas do PPC 2017 do curso de Linguagens e Códigos - Música, identificamos uma série de formações interdisciplinares entre música e língua portuguesa, música e tecnologia, música e ciências humanas, além de disciplinas optativas nas áreas de linguagens artísticas, como artes visuais, língua portuguesa, espanhol e inglês. O curso conta, ainda, com disciplinas obrigatórias comuns em cursos de graduação de música, como Percepção Musical, Harmonia, Arranjo, Prática Instrumental de Violão, Estágios Curriculares, Canto Coral e Técnica Vocal, Metodologia de Ensino de Música, Prática de Conjunto, entre outros componentes curriculares presentes nas licenciaturas e bacharelados de todo o Brasil, mesmo sendo um curso interdisciplinar há necessidade de formação central em música.

As informações presentes nas ementas dessas disciplinas seguem uma perspectiva enraizada no ensino superior brasileiro, de valorização de uma tradição estrangeira e, de modo geral, não priorizam a prática musical encontrada na região. Esse aspecto já foi debatido por Pereira (2014), ao analisar o *modus operandi* do *habitus conservatorial* na formação de cursos de licenciatura no Brasil, e por Queiroz (2018), ao abordar a permanência de práticas eurocêntricas nesses cursos. Neste trabalho, focaremos em discutir e relatar as experiências de um grupo de componentes curriculares, denominado no PPC vigente como “Percepção Musical” (I-IV).

O conjunto de disciplinas base para a alfabetização musical em um curso de licenciatura é o grupo de linguagens e estruturação musical, denominado em de diversas formas nos cursos de licenciatura, mas em geral como Percepção Musical, Teoria e Percepção Musical. Conforme Silva e Benetti (2015), Quadros Junior et al. (2023), Benetti (2023), e Benetti e Monti (2025b), os cursos costumam apresentar de quatro a seis semestres desse grupo de componentes curriculares, do qual o foco é desenvolver habilidades e aprimorar práticas de leitura musical, percepção melódica, percepção rítmica, harmonia, treinamento auditivo, práticas de interação musical e organização da escrita dos signos musicais do letramento musical do sistema de notação mais frequentemente utilizado na área.

No nosso curso, a introdução à escrita e ao letramento musical ocorre por meio do grupo de disciplinas de Percepção Musical, ofertadas do 1º ao 4º semestre, com carga horária total de 150 horas, dentre as quais a disciplina de Percepção Musical III é a única com carga

horária de 60 horas, visto que as demais são de 30 horas. Esse tempo tem se mostrado insuficiente, considerando que não há teste de habilidades para ingresso e muitos alunos não tiveram contato formal com a música antes de entrarem no curso. Isso se reflete no alto índice de reprovação por falta ou nota (ver tabela 1), e no fato de que alunos do 5º e 6º períodos ainda precisam cursar essas disciplinas em razão de reprovações.

Tabela 1: Índice de reprovação ciclo 2023.1-2026.1[3]

Disciplina	Ano/semestre						
	2023.1	**2023.2**	**2024.1**	**2024.2**	**2025.1**	**2025.2**	**2026.1**
Percepção Musical I	N	7	3	N	11	N	7
Percepção Musical II	1	N	5	3	2	0	N
Percepção Musical III	N	0	N	0	N	N	7
Percepção Musical IV	0	N	1	N	0	1	N

Outro problema identificado é que as ementas das disciplinas permanecem praticamente as mesmas ao longo dos quatro semestres, sem apresentar aprofundamento ou um programa de conteúdos claro, a única diferença é que, em Percepção Musical I, consta o termo “introdução”, como podemos observar no Quadro 1.

Quadro 1: Ementa das disciplinas de Percepção Musical I a IV

Percepção Musical I	**Percepção Musical II a IV**
A música como linguagem - Desenvolvimento da capacidade de perceber auditivamente, discernir, comparar e	A música como linguagem - Desenvolvimento da capacidade de perceber auditivamente, discernir, comparar e

[3] Legenda: N - representa componente não ofertado no ano/semestre.

compreender as estruturas musicais, seus significados e relações, por meio da análise, leitura, escrita e criação musical. **Introdução à** apreciação, criação e improvisação musical baseadas em propostas de música: tonal, modal, atonal, não tonal e música popular de diferentes culturas.	compreender as estruturas musicais, seus significados e relações, por meio da análise, leitura, escrita e criação musical. Apreciação, criação e improvisação musical baseadas em propostas de música: tonal, modal, atonal, não tonal e música popular de diferentes culturas.

Essa ausência de progressão e aprofundamento do conteúdo gera uma desordem no processo de aprendizagem, pois muitos alunos matriculados em Percepção Musical III e IV ainda não dominam habilidades básicas de escrita, leitura musical e desenvolvimento auditivo. Lacunas de aprendizagem que deveriam ter sido superadas no primeiro ano do curso.

De forma geral, os cursos voltados para a formação de professores na área de música apresentam uma seleção de instrumentos musicalizadores, considerados base para a atuação nos espaços de ensino. Normalmente, esses instrumentos incluem canto, flauta doce, violão e teclado, sendo que alguns cursos também oferecem a possibilidade de formação em instrumentos de percussão, conforme apontam Schmidt (2020), Silva (2021) e Alves, Nascimento e Benvenuto (2023). A escolha desses instrumentos se deve ao custo, à disponibilidade e à familiaridade tanto no ensino superior quanto na educação básica, sendo amplamente utilizados nas práticas de estágio e iniciação à docência nos cursos superiores.

No curso de Linguagens e Códigos - Música, o violão é ofertado de forma obrigatória em quatro disciplinas de 60 horas, do 1º ao 4º semestre, e o Canto Coral e Técnica Vocal em duas disciplinas de 60 horas, no 4º e 6º semestres. Como prática musical coletiva, são oferecidas as disciplinas Prática de Conjunto I e II, no 7º e 8º semestres. Há ainda opções de disciplinas optativas, como Instrumento Complementar - Bateria e Instrumento Complementar – Piano. Nos últimos quatro anos, a disciplina optativa de formação em piano foi ofertada apenas uma vez e a última oferta de bateria foi em 2020. A ausência de práticas instrumentais e coletivas musicais é uma reclamação constante dos alunos do curso, situação que está sendo revista conforme a nova proposta curricular.

O curso de Linguagens e Códigos – Música, mesmo após mais de dez anos de criação, ainda apresenta um corpo docente instável e reduzido[4]. No semestre de 2026.1, contou com apenas dois docentes efetivos lotados no curso e com a colaboração de quatro docentes substitutos. A quantidade mínima de docentes vinculados ao curso prejudica as atividades de ensino, pesquisa e extensão, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de projetos e ao acompanhamento dos alunos.

Propostas

Os autores deste trabalho vêm discutindo propostas pedagógicas que possibilitem aos alunos desenvolver a linguagem e a estruturação musical a partir de uma base sólida de alfabetização musical. No segundo semestre de 2025.2, foi criado o Projeto de Nivelamento Acadêmico para os alunos do curso, com foco em alfabetização musical. É importante ressaltar mais uma vez que o curso não conta com teste de habilidade específica para entrada, o que faz com que muitos alunos não tenham tido contato prévio com a música antes de ingressarem na universidade. O projeto é coordenado por um dos autores deste trabalho e conta com a participação de três monitores.

Compreendemos a alfabetização musical como um processo que ultrapassa o domínio da leitura e da escrita da notação musical tradicional europeia. Ela envolve, inicialmente, a sensibilização e a compreensão dos parâmetros musicais fundamentais, como altura, duração, intensidade, timbre, entre outros, bem como o desenvolvimento da escuta, da percepção e da capacidade de reconhecer, diferenciar, reproduzir e organizar esses elementos. O processo também contempla o letramento musical, entendido como a apropriação, a vivência e a utilização dos códigos e das convenções da notação musical tradicional da música ocidental europeia. Esse conhecimento é especialmente relevante por constituir uma referência recorrente em processos avaliativos, concursos públicos e instrumentos como de avaliação do como a Prova Nacional Docente, além de integrar diferentes contextos de formação e atuação profissional em música.

[4] O semestre 2026.1 iniciou com cinco docentes efetivos. No entanto, um estava em licença para pós-doutorado, outro em processo de redistribuição (que se concretizou no meio do semestre, não participando da oferta de disciplinas) e uma docente está afastada por remoção temporária para outra universidade.

Entretanto, alfabetizar musicalmente não significa apenas ensinar símbolos, nomes de notas, figuras rítmicas ou regras de leitura. Significa possibilitar que o sujeito compreenda, experimente, interprete e utilize a linguagem musical de forma significativa. Por isso, a alfabetização musical articula conhecimentos teóricos e práticos, leitura e escrita, escuta e produção, percepção e execução a partir inclusive das suas vivências musicais.

Assim, compreendemos a alfabetização musical como um processo de sensibilização, percepção, compreensão e domínio progressivo da linguagem musical, no qual os códigos tradicionais europeus são importantes em razão da constituição da música organizada em sua maioria no Brasil. O objetivo é desenvolver a capacidade de perceber e compreender a música, apropriar-se de seus códigos e, sobretudo, vivenciar e participar ativamente do fazer musical, ampliando a autonomia, a expressão e a capacidade de comunicação por meio da música.

O projeto atendeu os alunos ingressantes da turma de 2026.1, matriculados em Percepção Musical I, bem como alunos de Percepção Musical III. No entanto, em ambas as turmas, houve um número significativo de ausências nos encontros semanais, realizados no período da tarde. O grupo de monitores e a coordenação acredita que seja pela ausência de conhecimento dos alunos da importância de participação neste projeto.

Segundo relatos dos monitores, as atividades foram satisfatórias para os alunos que participaram, possibilitando uma compreensão básica de percepção musical e desenvolvimento auditivo, como os parâmetros sonoros (Lima *et al*., 2026). No semestre de 2026.2, o projeto continuará em atividade, atendendo alunos de Percepção Musical II, III e IV, componentes curriculares que serão ofertados na área.

Uma das hipóteses dos autores é que falta aos alunos a compreensão da importância dos estudos voltados para a área de linguagens e estruturação musical. Ou seja, a base de percepção musical não está consolidada de forma significativa, o que resulta em lacunas de conteúdo e problemas básicos, como afinação, percepção rítmica e reconhecimento auditivo de variações de altura.

> Os professores que atuam nas disciplinas de teoria e percepção musical deveriam desenvolver, de maneira integrada, as habilidades e competências musicais requeridas, tanto nos aspectos teóricos quanto nos práticos. Para tanto, pode-se utilizar exemplos e conteúdos musicais de gêneros variados, aprimorar a discussão e a troca de conhecimento entre professores e alunos,

> além de proporcionar a prática em sala de aula, a exemplo do que costuma ser realizado nas disciplinas que envolvem metodologias, práticas, observações e abordagens na educação musical (Silva; Benetti, 2015).

Essa prática em sala de aula motivou os autores a pensar em estratégias para o próximo semestre. Uma das propostas é a criação de um Grupo de Estudos em Percepção Musical, essa é a segunda proposta, ela será desenvolvida com todos os alunos do curso. Essa atividade funcionará como um reforço coletivo, com encontros semanais de uma hora, integrados à oferta fixa das disciplinas no semestre e será parte do Projeto de Nivelamento. Serão realizadas atividades práticas coletivas de percepção rítmica, melódica e vivências de alfabetização musical, seguidas de sua teorização.

A ideia é que todos os professores da área de música participem, de forma rotativa com 2 ou 3 encontros cada, para garantir a progressão do conhecimento musical. O objetivo é que os alunos possam superar lacunas de aprendizagem dos parâmetros musicais e compreender que uma base sólida em percepção musical é essencial para seu desenvolvimento como futuros professores.

Além disso, um dos docentes do curso está desenvolvendo um material didático para leitura e solfejo musical a partir de canções brasileiras, para o qual coletou e editou aproximadamente 400 músicas. Segundo Benetti e Monti (2025b), o material didático voltado à leitura musical cantada está sendo elaborado em seções didáticas parciais, com orientações, conteúdos teóricos e excertos melódicos para o desenvolvimento da leitura musical.

> As melodias escolhidas contemplarão variedade de matrizes estilísticas, gêneros e contextos musicais. A proposta de utilização de repertório exclusivamente brasileiro favorecerá tanto a identificação de quem utilizará o material por reconhecer algumas das melodias, quanto a possibilidade de ampliar o conhecimento de música brasileira, no caso de confrontar-se com melodias até então desconhecidas pelo estudante (Benetti; Monti, 2025b).

Dessa forma, soma-se mais uma proposta a utilização do material didático desenvolvido a partir de canções brasileiras, como reforço para a alfabetização musical e para a integração curricular entre percepção musical e prática de canto no curso de Linguagens e Códigos - Música.

A partir das iniciativas citadas, espera-se o reforço da alfabetização musical e a integração entre teoria e prática, que contribuem significativamente para a formação dos estudantes, fortalecendo sua permanência e engajamento no curso. Ao ampliar as oportunidades de aprendizagem e apoio, no sentido de oferecer uma formação mais sólida, inclusiva e alinhada às demandas acadêmicas e profissionais da área.

Considerações

Apresentamos nesse relato um diagnóstico relativo aos componentes curriculares "Percepção Musical" (I-IV) do currículo vigente, bem como as iniciativas em curso para buscar soluções aos problemas apontados. Uma questão central, tanto do problema quanto das soluções propostas, consiste na abordagem e nos materiais, que por vezes afastam-se das experiências prévias dos alunos. Tentar essa aproximação pode ser uma chave para outro caminho.

Nesse sentido, a utilização de repertório brasileiro coloca-se como uma postura de valorização da nossa cultura, argumento que eventualmente gera desconforto na área, de tradição tão enraizada em referenciais sonoros externos. Na academia discute-se música brasileira, mas por vezes de forma inferiorizada em relação às denominadas de "canônicas", "eruditas" ou de "alta cultura", seja o quer que queiram significar esses termos. Essa espécie de preconceito em relação à cultura local se revela não apenas nas composições, mas também nas sonoridades e até nos instrumentos musicais. Por maior identificação que exista com a cultura brasileira, é comum encontrarmos um discurso de legitimação de determinado instrumento, de determinado gênero ou sonoridade, a partir do silenciamento deliberado do que o liga à cultura brasileira, em detrimento de outras matrizes. "Essa discrepância tende a se revelar também nas práticas, nos currículos e nas abordagens no ensino de música na universidade, uma herança colonial que segue presente e predominante" (Benetti; Monti, 2025a, p. 61).

Portanto, as propostas aqui descritas também estão se mostrando relevantes no processo vigente de reestruturação do PPC de Linguagens e Códigos - Música, pois

favoreceram o confronto à estrutura curricular do curso de forma crítica, auxiliando na reorganização de unidades curriculares, ementas, objetivos e procedimentos.

Em universidades cuja organização curricular ainda é predominantemente disciplinar, cabe questionar se propostas formativas que se afastam do modelo tradicional conseguem se concretizar de maneira efetiva ou se permanecem apenas no plano formal do currículo. Nesse contexto, é importante refletir sobre como se estruturaria essa proposta de formação e de organização curricular. Tratar-se-ia de um curso da área de artes que, de certo modo, assume uma perspectiva de polivalência das linguagens artísticas, articulando diferentes campos das artes em uma formação integrada ou busca orientar suas atividades formativas a partir de uma área do conhecimento e o auxílio das demais áreas para a formação deste profissional.

Referências

ALVES, Sara Sousa; NASCIMENTO, Marco Antonio Toledo; BENVENUTO, João Emanoel Ancelmo. Educação musical instrumental nos cursos de licenciatura em música no estado do Ceará: uma análise documental. *Revista Contemporânea*, [S. l.], v. 3, n. 11, p. 23133–23171, 2023. Disponível em: https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/1988. Acesso em: 8 jul. 2026.

BRASIL. *Manual para classificação dos cursos de graduação*: CINE Brasil. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/manual-para-classificacao-dos-cursos-de-graduacao-e-sequenciais-cine-brasil. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. *Resolução CNE/CES nº 2, de 08 de março de 2004*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para do curso de graduação em música. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/resolucoes-do-cne/ces/2004/ces0204musica.pdf. Acesso em: 13 jul. 2026.

BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/resolucoes-do-cne/cp/2015/rcp002_15.pdf. Acesso em: 13 jul. 2026.

BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=258171-rcp004-24&category_slug=junho-2024&Itemid=30192. Acesso em: 21 jun. 2025.

BENETTI, Gustavo Frosi. Percepção e leitura musical no Brasil: um estudo bibliográfico preliminar. *European Review of Artistic Studies*, v. 14, n. 1, p. 36–44, 2023. Disponível em: https://eras.mundis.pt/index.php/eras/article/view/284. Acesso em: 13 jul. 2026.

BENETTI, Gustavo Frosi; MONTI, Ednardo Monteiro Gonzaga do. Música brasileira na pesquisa acadêmica: uma análise das teses de doutorado na Universidade de Aveiro. *European Review of Artistic Studies*, v. 16, n. 4, p. 43–64, 2025a. Disponível em: https://eras.mundis.pt/index.php/eras/article/view/354. Acesso em: 13 jul. 2026.

BENETTI, Gustavo Frosi; MONTI, Ednardo Monteiro Gonzaga do. Repertório brasileiro como recurso para percepção e leitura musical. In: Congresso Nacional da Associação Brasileira de

Educação Musical, 27., 2025, Curitiba. *Anais […]*. Curitiba: 2025b. Disponível em: https://eventos.abem.mus.br/eventos/article/view/21/266. Acesso em: 10 jul 2026.

LIMA, Jeciane Cardoso; MATOS, Mary Jane Tavares; SANTOS, Tiago Rodrigues; SILVA, Jefferson Tiago Amâncio de Souza Mendes da Silva. Entre notas e figuras: alfabetização musical no ensino superior. In: Seminário de Projetos de Ensino, 3., 2026, São Bernardo. *Anais […]*. São Luís: 2026. No prelo.

PEREIRA, Marcus Vinícius Medeiros. Licenciatura em música e habitus conservatorial: analisando o currículo. *Revista da ABEM*, [S. l.], v. 22, n. 32, 2014. Disponível em: https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/464. Acesso em: 8 jul. 2026.

QUEIROZ, Luis Ricardo SILVA. Traços de colonialidade na educação superior em música do Brasil: análises a partir de uma trajetória de epistemicídios musicais e exclusões. *Revista da ABEM*, [S. l.], v. 25, n. 39, 2018. Disponível em: https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/726. Acesso em: 8 jul. 2026.

SCHMIDT, Beatriz Woeltje Schmidt. A percussão nos cursos de Licenciatura em Música: currículo e formação docente. In: Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música, 30., 2020, Manaus. *Anais […]*. Manaus: 2020. Disponível em: https://anppom-congressos.org.br/index.php/30anppom/30CongrAnppom/paper/viewFile/22/12. Acesso em: 8 jul. 2026.

SILVA, Jefferson Tiago de Souza Mendes da. *Licenciatura em música*: inter-relação e aplicabilidade entre ensino, pesquisa e extensão universitária em Roraima - Brasil. 324 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Escola de Ciências Humanas e Sociais, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2021.

SILVA, Jefferson Tiago Amâncio de Souza Mendes da; BENETTI, Gustavo Frosi. A formação em Linguagens e Códigos - Música, na UFMA: articulações entre ensino, pesquisa e extensão. In: Congresso Nacional da Associação Brasileira de Educação Musical, 27., 2025, Curitiba. *Anais […].* Curitiba: 2025. Disponível em: https://eventos.abem.mus.br/eventos/article/view/34/267. Acesso em: 8 jul. 2026.

SILVA, Jefferson Tiago de Souza Mendes da; BENETTI, Gustavo Frosi. Linguagem musical e o ensino de graduação em música: Contribuições para a atualização das disciplinas de teoria e percepção musical. In: Congresso Nacional da Associação Brasileira de Educação Musical, 22., 2015, Natal. *Anais […].* Natal: 2015. Disponível em: http://abemeducacaomusical.com.br/anais_congresso/v1/papers/1190/public/1190-4247-1-PB.pdf. Acesso em: 8 jul. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos / Música*. São Bernardo: UFMA, 2017.